

## Mobilidade forçada - a economia política dos deslocamentos humanos

Márcio Mendes Rocha

Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

**RESUMO.** O objetivo deste artigo é investigar a noção de mobilidade centrada no trabalho. Para tanto, é desenvolvido um apanhado histórico dos economistas clássicos que incorporaram essa noção, avaliando criticamente o seu uso. A partir do materialismo histórico, observamos uma aplicação mais consistente da noção de mobilidade, a idéia de “mobilidade forçada”, que foi desenvolvida a mais de vinte anos por Jean Paul de Gaudemar e que centra sua análise no conceito de valor/trabalho, desenvolvido por Marx. Essa abordagem traz uma importante contribuição teórica para os estudos em geografia da população.

**Palavras-chave:** deslocamentos humanos, mobilidade forçada, economia política, geografia humana.

**ABSTRACT. Forced mobility - the political economy of human displacements.** The aim of this article is to investigate the work-centered mobility notion. Therefore a historical survey of the classic economists who incorporated this concept was carried out and its use critically evaluated. Starting from the historical materialism, a more consistent application of the notion of mobility. The idea of forced mobility established twenty years ago by Jean Paul de Gaudemar and centered on Marx's value/work concept, has been observed, which has trough an important theoretical contribution to the studies of population geography.

**Key words:** human displacements, forced mobility, political economy, human geography.

Na evolução histórica dos estudos de geografia econômica sempre ocorreu uma forte interface com a área de economia regional. Importantes economistas, como Ponsard, Thunen, Keynes, Lösch, Mauthus, estabeleceram as referências teóricas para os estudos geográficos.

A noção de mobilidade apresenta uma grande diversidade conceptual que percorre as ciências humanas. A mobilidade da força de trabalho na economia, a mobilidade social na sociologia, a mobilidade geográfica na geografia, além de outros tantos usos, como mobilidade forçada, mobilidade induzida, mobilidade física.

Existem, portanto, várias ordens de mobilidade em vários ramos da ciência que, invariavelmente, estabelecem redundâncias conceituais<sup>1</sup>. A problemática da mobilidade se coloca hoje como preocupação emergente para as investigações sociais. Os deslocamentos humanos são determinados por uma

série de fatores, econômicos, étnicos, raciais, afetivos, ideológicos; enfim, os motivos que fazem as pessoas se deslocarem são complexos e, conseqüentemente, devem ser investigados a partir de um constructo teórico compatível com tal complexidade. Tratar-se-á, neste artigo, da noção de *mobilidade centrada no trabalho* como sendo uma das ordens de mobilidade.

O paradigma norteador dessa noção é o materialismo histórico dialético, a partir da economia política em Marx.

Inicia-se a trajetória a partir da história do uso do conceito de mobilidade nas ciências econômicas até o momento da crítica marxista a uma mobilidade instrumental do sistema produtivo capitalista, o êxodo rural-urbano.

### A mobilidade centrada no trabalho

Dentre algumas preocupações aduzidas pelos economistas do séc. XVIII, denominados *fisiocratas*<sup>2</sup>, a

<sup>1</sup> Muitas vezes constatamos o uso do mesmo conceito com nomes diferentes, e também conceituações diferenciadas com o mesmo nome.

<sup>2</sup> Escola criada por François Quesnay, os fisiocratas tiveram uma grande influência na década de 1760. Favoráveis à propriedade fundiária, apoiaram-se sobre a monarquia hereditária. A escola

questão da mobilidade analisa o êxodo rural como fator de dinamização do processo de urbanização que, conseqüentemente, incentiva a produção capitalista. Além disso, existia a preocupação em dinamizar o mercado no campo para o consumo das manufaturas nascentes.

Nesse período, os deslocamentos espaciais eram tratados como produtos de concepções particulares de crescimento. Se os autores do séc. XVIII pareciam, de certa forma, ignorar o termo mobilidade, não deixavam, de fato, de buscar os meios de mobilizar os homens para novos espaços produtivos. As teses de disseminação industrial dos fisiocratas devem ser compreendidas a partir de uma ótica que tinha como referência a produção feudal, entendendo o espaço produtivo na perspectiva da produção agrícola.

Percebe-se, também, uma ausência do termo “mobilidade” nos clássicos que pensavam que o desenvolvimento econômico poderia beneficiar-se de inesgotáveis reservatórios de mão-de-obra.

A hipótese principal, defendida pelos clássicos, tenta explicar a mobilidade enquanto *mobilidade perfeita do trabalho*. Os modelos de mobilidade perfeita do trabalho, comumente apresentados, tomam uma conformação microeconômica em que a mobilidade se dá a partir de uma racionalidade individual dos agentes econômicos.

Em Ricardo, já se postula uma força de trabalho enquanto mercadoria que produz outras mercadorias, porém essa mercantilização do homem é apresentada como um fato natural, inelutável. Estrutura-se, portanto, uma concepção fatalista de tal processo<sup>3</sup>. Mas, a partir deste momento, a noção de espacialidade já se altera, a idéia de espaço geográfico, físico, suporte da produção agrícola dá lugar à idéia de espaço produtivo, industrial.

Ao se fazer um traçado da mobilidade no processo histórico de transformação, ocorrido na passagem do feudalismo para o capitalismo, pode-se dizer que aquilo que foi revolucionário e transformador, rompendo com as estruturas rígidas da organização feudal, tornou-se, no capitalismo, modo de opressão.

O debate da teoria econômica, que domina o séc. XVIII, rompe com as noções mercantilistas e incorpora a noção de produção, como referência para os processos econômicos, além da importância

da produção agrícola e do poder produtivo do trabalho, sendo tratada, fundamentalmente, pelos fisiocratas, que colocam a relação do homem com a natureza antes da relação dos homens entre si. A noção de espaço se transforma. Para os fisiocratas, o trabalho é visto a partir da formação das riquezas.

*En ce sens, l'espace n'a pas encore l'allure d'abstraction pure que lui donneront les auteurs classiques et néo-classiques du XIX<sup>e</sup> siècle. L'espace, c'est avant tout la terre, cette terre qu'il faut savoir s'approprier pour vivre, à une époque où les embryons d'industrie n'apparaissent pas encore dans l'éclat de leur avenir tout proche* (Gaudemar, 1976:52).

Foi no séc. XIX que as noções de produtividade e de mobilidade do trabalho tomaram uma forma axiomática mais consistente.

A partir de Cantillon, a mobilidade do trabalho adquire um estatuto conceptual, nascido de uma reflexão sobre o espaço, sobre seu campo de atividade e não sobre o trabalho. Em seu “Essai,”<sup>4</sup> ele privilegiou não somente os circuitos verticais da economia, no sentido de fluxos de capitais no âmbito do mercado e das empresas, mas também, circuitos horizontais, tratando das relações campo/cidade. Ponsard (1958) enfatiza a preocupação de Cantillon com a espacialidade dos processos econômicos, como segue:

*Cantillon est amené à élaborer un schéma général du fonctionnement du système économique dans lequel le facteur spatial s'intègre d'emblée. C'est l'économie de transport qui explique l'apparition des villages, des bourgs, des villes et d'une capitale...* (Ponsard, 1958:9).

Uma dupla determinação é percebida pelos fisiocratas no rastro de Cantillon, o problema da produtividade no campo e o da demanda de mão-de-obra operária. Essa contradição é vista na perspectiva de axiomatização em busca do equilíbrio geral, em suma, a *mobilidade perfeita*.

É com A. Smith<sup>5</sup> que se vê uma ruptura dessa problemática, ele não trata mais a mobilidade apenas no campo de seu exercício, mas no contexto do próprio trabalho. Ele compreendeu a forma na qual se efetua, no processo de crescimento, a repartição social, profissional e espacial dos homens, suas distribuição nas diferentes esferas de atividades. Gaudemar (1976), interpretando a obra de A. Smith, escreve:

dos fisiocratas foi fundada a partir da idéia de que o comércio é essencialmente improdutivo, só a agricultura é, segundo eles, fonte de riqueza. Seu pensamento inspirará A. Smith que refutará a importância dada pelos fisiocratas à agricultura. David Ricardo refutará igualmente, enfatizando a importância do trabalho como fonte de utilidade.

<sup>3</sup> A obra que trata dessa questão é *Princípios de Economia Política* de 1817.

<sup>4</sup> *Richard Cantillon: "Essai sur la nature du commerce en général"*, 1755. Ed. INED. Paris, 1952.

<sup>5</sup> Adam Smith, economista e filósofo escocês, em sua obra mais importante, *A riqueza das nações* de 1776, apresenta as bases da ciência econômica e elege a economia política como disciplina autônoma.

*La mobilité du travail n'est autre que la qualité, la propriété du travail qui lui permet d'être travail productif, c'est-à-dire capable de satisfaire les besoins de l'accumulation du capital et donc de la croissance, besoins qui peuvent s'exprimer, tour à tour ou simultanément, en termes de qualifications comme en termes de répartition spatiale et sectorielle des hommes et qui déterminent ainsi les multiples formes concrètes de la mobilité (Gaudemar, 1996:55).*

Partindo dessas idéias, as transformações do espaço econômico podem ser explicadas a partir da mobilidade do trabalho e do capital como movimento endógeno da estrutura econômica e social.

Essa ruptura da problemática operada por A. Smith vai abrir espaço para uma dupla concepção do modo de produção capitalista; daí vão se opor defensores e adversários deste sistema.

Num sentido, Say e Ricardo estão de acordo: a mobilidade do trabalho dissolve-se nos meios de uma política econômica destinada a assegurar o equilíbrio econômico-social. Cabe notar que a noção de espaço econômico para Ricardo e Say, torna-se exageradamente abstrata.

Para Ricardo, qualquer que seja o valor do trabalho, importa, antes de tudo, que ele seja colocado como mercadoria à disposição do capital.

Independentemente do fato de Malthus se aliar às idéias de Say e de Ricardo no que diz respeito à aceitação da sujeição do trabalho ao capital, o primeiro irá opor-se à idéia de economia pura, construída por Ricardo. Além disso, irá enfatizar, em suas análises, a mobilidade do trabalho. Como um elemento estrutural para a evolução do sistema econômico.

Sismondi<sup>6</sup> é contrário a esse entendimento. A sua análise, introduz o tempo, mas também o espaço, e recusa que ela se torne um instrumento de acumulação. Com isso, prepara o caminho a Marx.

No final do século XIX, L. Walras<sup>7</sup> considera os homens como capitais, à medida que são bens raros,

apresentando uma análise já centrada no trabalho. Gaudemar percebe, nesta teorização, a idéia de mobilidade:

*A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida como a mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos) [...] Sendo mobilidade dos homens ela é, portanto, mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos, mantendo-se os próprios homens "imóveis" e conduz assim a formas cotidianas da divisão e da organização do trabalho, à circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho (Gaudemar, 1976:113).*

Segundo essa teoria, o homem apresenta uma dupla determinação, como capital e como portador de trabalho. Como capital, o homem irá aonde seu preço for máximo, a mobilidade dos trabalhadores será orientada por esse princípio de satisfação máxima. Como simples portador de um trabalho (serviço) potencial, o homem será chamado para onde permitir o lucro ótimo do capital daquele que o emprega ou, de forma mais geral, pela maximização do lucro global.

A partir de desdobramentos da teoria de Ricardo, os primeiros esboços sobre uma teoria da localização são elaborados por V. Thünen e A. Weber.

Von Thünen contribui de forma indireta para o desenvolvimento de uma economia do espaço<sup>8</sup>, seus trabalhos se aproximam de Ricardo: de fato ele não aborda diretamente os problemas de mobilidade do trabalho; ele, segundo Ponsard (1958), espacializa a teoria da renda de Ricardo. E, segundo Oliveira (1978), o problema que Von Thünen se propôs

---

ao substituir a noção de causalidade pela de função e interdependência, chegaram o inglês Stanley Jevons, o austríaco Karl Menger e o francês Léon Walras, entre 1871 e 1874 [...] a conclusões científicas muito próximas umas das outras. Com base nessas conclusões vão ser edificadas as escolas hedonistas: a escola psicológica e a escola matemática." (p.391). Walras enfatiza a análise matemática sendo, pois, mais mecanicista e sintética "o equilíbrio econômico aparece como uma síntese majestosa do mecanismo econômico" (*op. cit.* p.393).

<sup>8</sup> Para Thünen, são as variações da renda de bens fundiários que permitem interpretar o ordenamento do espaço econômico, dependendo a renda da distância do mercado (da cidade), devido aos custos de transportes do produto. O espaço é representado a partir de círculos concêntricos, sendo cada coroa circular um tipo de cultura. O modelo se caracteriza como um conjunto equilibrado, as necessidades da cidade são satisfeitas pelos excedentes das diversas coroas. Segundo Oliveira (1978), a representação do modelo de Von Thünen foi desenvolvida posteriormente à sua obra. No contexto da história do pensamento geográfico, este autor tem sido considerado como a mais importante contribuição para as teorias da localização, "entretanto isso só possível se nós abstrairmos a tese central de Von Thünen. O "Estado Isolado" é um subproduto de seu trabalho; existe, portanto, um desdobramento da obra de V. Thünen que efetivamente não foi por ele desenvolvida, segundo Oliveira (1978).

<sup>6</sup> Durkheim denomina seu trabalho de "socialismo de Sismondi" por sua obra conter pelo menos dois germes do socialismo: "Em primeiro lugar, um sentimento de protesto contra as desigualdades sociais estabelecidas pela tradição [...] e depois uma concepção de Estado que reconhece a este último os mais vastos direitos (E. Durkheim, *Le Socialisme* ed. Retz - CEPL., Paris, 1978).

<sup>7</sup> L. Walras e V. Pareto representam a escola hedonista na economia, a reação hedonista (cujo princípio constitui: o homem busca o máximo de satisfação com um mínimo de dispêndio de esforço). Segundo Paul Hugon, em seu livro *História das doutrinas econômicas*, ed. Atlas, 1985, para os Hedonistas, a finalidade atribuída à economia política é a de construir uma ciência exata: "...para atingir a abstração simplificadora do *homo aeconomicus*, homem cuja ação se pressupõe orientada por um móvel psicológico único [...] assim, partindo desse princípio psicológico simples, usando o método dedutivo e o método matemático, alargando o campo da pesquisa econômica teórica,

abordar foi o do estabelecimento do salário dos trabalhadores (salário marginal) numa sociedade ainda calcada em relações feudais (no caso, a Alemanha). Os trabalhadores estão ausentes do modelo, tanto para Thünen como para Ricardo; a oferta de trabalho surge espontaneamente onde é necessária. O modelo de Thünen surge para resolver os problemas no que tange à economia de mercado e não aos da repartição espacial dos homens. O mérito de Thünen foi de colocar certo número de problemas próprios da economia de troca, como a influência das cidades e das profissões sobre os preços dos bens produzidos; as leis de formação de preços e os efeitos do crescimento das cidades sobre a dimensão da superfície cultivada; as relações cidade/campo. Enfim, trata a espacialidade enquanto fator interveniente nos processos econômicos.

É no final do séc. XIX que as preocupações sobre economia espacial se intensificam. No contexto da segunda revolução industrial, onde o grau de internacionalização do capitalismo, o aumento dos fluxos de mercadorias apresentam uma nova dinâmica, devido às novas descobertas, no que tange à produção e ao transporte. É nesse contexto que aparecem os trabalhos de August Lösch, consolidando uma teoria da localização e apresentando novas hipóteses para o estudo do comércio internacional:

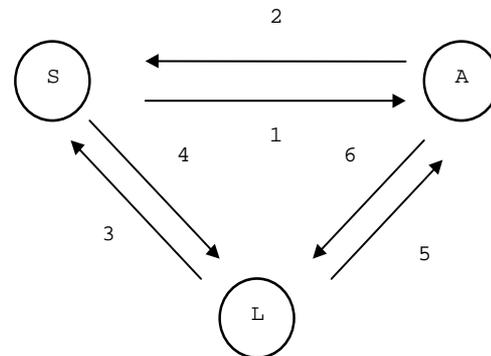
*Lösch fut amené à la théorie de la localisation par ses préoccupations et ses recherches dans le domaine du commerce international. Convaincu de l'insuffisance de la loi des coûts comparés comme fondement de la théorie de l'échange international, il devait être ainsi renvoyé à une analyse de la localisation des activités économiques qu'il substitue aux hypothèses de base de la théorie classique (Ponsard, 1958:82).*

Lösch, por seu turno, apresenta uma teoria sistemática de localização, propõe uma teoria da divisão espacial do trabalho a partir do critério da maximização dos lucros.

Erigida esta base, os trabalhos que se sucederam não fizeram mais do que centrar suas investigações em uma formalização de modelos e no uso cada vez mais acentuado de instrumentos estatísticos. Os desdobramentos neoclássicos apresentam uma dimensão política conformista à medida que a mobilidade é compreendida como fluxo reequilibrante a partir de uma racionalidade interpretativa, distante das contradições reais do espaço social.

A partir de A. Smith, tanto neoclássicos como marxistas partiram das leis naturais e das leis institucionais. A idéia de mobilidade perfeita era a referência norteadora das teorias que se sucederam.

Os marxistas derivam para uma interpretação a partir das teses sobre o papel produtivo do trabalho e sua sujeição ao capital, e da evolução das sociedades, entendidas como históricas, mediatizadas pelo conceito de modo de produção.



**Figura 1.** Os seis problemas principais da divisão do trabalho - modelo de Lösch

Sendo, conforme esquema: "S" sujeito econômico, "A" atividade econômica, "L" localização

O primeiro problema, de S para A, ou ainda o da escolha de uma atividade para um sujeito, diz respeito tanto à divisão do trabalho quanto à mobilidade profissional e social dos indivíduos (o aspecto geográfico implica o elemento "L").

É a respeito do segundo problema, de "A" para "S", ou ainda da determinação dos sujeitos que efetuarão uma dada atividade, que Lösch se mostra herdeiro de Walras: uma dada atividade poderá recrutar indivíduos somente na condição de esses poderem, ao exercê-la, maximizar as suas satisfações, isto é, os seus rendimentos monetários.

O terceiro problema, de "S" para "L" ou da escolha de um local por um indivíduo, implica uma escolha entre os custos de uma deslocação e as vantagens que o indivíduo dela retira. Neste caso, Lösch não admite o salário nominal como critério de satisfação, considerando as satisfações subjetivas como espacialmente comparáveis. O quarto problema, de "L" para "S", é o da determinação dos sujeitos que se instalem num local dado; estes (produtores e consumidores) o farão se puderem maximizar as suas satisfações. O quinto problema, de "L" para "A", o da determinação das indústrias que se instalam numa dada localidade, resolve-se de maneira análoga. Finalmente, o sexto problema, de "A" para "L", o da localização de uma atividade, também se resolve de modo análogo. Eis, então, pela primeira vez, a mobilidade do trabalho integrada em toda a coerência do modelo microeconômico neoclássico.

As sinalizações são dadas quanto à importância da relação entre o processo produtivo e a circulação dos homens. A necessidade de um planejamento mais sistemático da produção levou a uma maior atenção à mobilidade da força de trabalho.

### A abordagem marxista da mobilidade da força de trabalho

Penso que o ponto central da explicação do fenômeno de mobilidade, a partir da teoria marxista, seja a noção de trabalho. A explicação parte da contradição entre trabalho e natureza, da apropriação histórica da natureza pelo homem.

O termo trabalho designa um processo, quer dizer, um movimento que é analisado, segundo Marx, em termos de contradições. E essas podem ser definidas a partir de três movimentos.

O primeiro movimento diz respeito a uma relação de contradição entre o trabalho e o objeto de trabalho. Nesse momento, a ruptura do conceito de trabalho em atividade de trabalho e meio de trabalho

não existe ainda. Nessas condições, o homem torna-se trabalhador e a natureza torna-se objeto de trabalho.

Um segundo movimento diz respeito à relação entre o trabalho e seu meio de trabalho. O meio de trabalho é uma combinação de forças naturais aplicadas ao objeto de trabalho, ele se serve de propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas. Combinação na qual se agrega, no momento em que ela se exerce, a própria força humana. Daí a expressão “instrumento” como as “coisas exteriores” articuladas com as partes do corpo do homem (braços, pernas, cabeças, mãos, etc.).

Os meios de trabalho em exercício são as forças de trabalho - força produtiva. O desenvolvimento das forças produtivas criam as relações de produção que se apropriam da natureza. As relações de trabalho efetivam a apropriação social da natureza pelo homem. O trabalho humano implica uma interação entre natureza, meios e objetos de trabalho com a comunidade de trabalho.

A evolução social passa a ser naturalmente caracterizada pela gradativa dominação e contínua emancipação do homem em relação à natureza, num processo de apropriação das condições objetivas que suplantam as formas anteriores. Nesse sentido, é mister compreender o processo historicamente.

### **Evolução histórica do processo de trabalho**

O processo de trabalho antes era natural, no sentido de que a produção comunal era efetuada pelos indivíduos para si próprios, enquanto membros da comunidade, formando um único corpo social, sem distinção objetiva na apropriação dos diferentes produtos do trabalho. No período artesanal, o processo de trabalho assume a forma corporativa à medida em que a produção individual dos artesãos, enquanto membros de uma associação, formando um distinto corpo social, é destinada ao mercado e apropriada coletivamente, conforme a participação de cada um. De início, entretanto, o mercado de trabalho urbano se caracteriza pela mobilização das forças produtivas artesanais provenientes da estrutura rural circundante. Por certo, não poderia ser de outra forma, dado que a divisão social do trabalho não tinha sido ainda suficientemente aprofundada para que a especialização de ofícios apresentasse uma grande diversificação. Nesses termos, a produtividade do trabalho se mantinha igualmente reduzida.

O predomínio do capital comercial se estende (por volta do século XIV) às áreas urbanas e rurais por meio do desenvolvimento das guildas de mercadores e de produtores (artesãos), reforçado

pelo capital dinheiro quanto à ampliação de suas aplicações. Além disso, começa a se aventurar no mercado externo, cujo apogeu data dos séculos XV e XVI, possibilitando oportunidades concretas de progresso comercial e de acumulação de riquezas.

O monopólio mercantil vai gradativamente sobrepujando o monopólio artesanal e adquirindo predomínio político e comercial a partir de fatores econômicos que lhe conferem autonomia e poder nos negócios. Observa-se uma ampliação da circulação de mercadorias, a conquista dos mercados (interno e externo), a influência na política de preços (notadamente na área cambial) e, por tudo isso, a efetiva possibilidade de realização favorável de excedentes. Nesses termos, o Sistema Mercantil foi um sistema de exploração regulamentado pelo Estado e executado através do comércio, que desempenhou um papel importantíssimo na “adolescência” da indústria capitalista.

As conseqüências da penetração expansiva do capital mercantil nas cidades e no campo, portanto, tiveram a ver com a monetização daquelas relações de produção e com a ampliação da circulação de mercadorias.

Esses aspectos demonstram as alterações que ocorrem na divisão social e territorial da força produtiva do trabalho, a qual converge para o advento da manufatura. E seus pressupostos sociais já estão delineados a partir das transformações das relações de produção, subjacentes ao processo de reconversão da economia artesanal. São eles: a) rompimento das condições de trabalho no campo, quando da apropriação da terra em escala comercial; b) fragmentação das relações de trabalho artesanais nas cidades, a partir da incapacidade de generalização de suas condições de produção; c) o estabelecimento gradual de formas de assalariamento nas atividades agrícolas e não-agrícolas, sob condições emergentes de aumento na acumulação de riquezas.

Certamente que a combinação temporal dos dois pressupostos básicos para a formação do trabalho assalariado, ou seja, a dissolução das relações com a terra e a dissolução das relações com os instrumentos de trabalho, ocorrida de forma desigual, não necessariamente simultânea, comporta variações intermediárias nas diversas etapas e estágios históricos e produz espaços diferenciados.

A separação entre cidade e campo, conseqüência de um longo processo histórico de transformação nas relações de produção, transparece e impulsiona o desenvolvimento da forma privada de apropriação do trabalho. Nesses termos, a decadência das velhas formas (comunais) de produção significa, como vimos, antes de tudo, processo de gestação de novas

formas de produção, cuja relação básica de realização do trabalho vem a ser, mais tarde, estabelecida pela propriedade privada dos meios de produção.

A constituição do capital, enquanto relação de apropriação privada dos meios de produção, manifesta-se na separação entre cidade e campo, condição em que a divisão social do trabalho impõe, de início, que a produção se torne uma propriedade em si, não mais uma fonte comum de propriedade.

As propriedades culminam por se identificar tendo de um lado o trabalhador, aquele que exerce a atividade de trabalho, e de outro o proprietário dos meios de produção, aquele que fornece as condições de realização do trabalho. Esse processo de dissociação materializa-se na formação do *trabalho assalariado*, ou do seu contrário, na constituição do capital.

A urbanização da área rural, portanto, significa, antes de tudo, a materialização da divisão do trabalho, iniciada dentro das velhas formas de produção, por toda a sociedade capitalista em formação.

Dessa forma, a dissolução da relação original com a terra, a transformação da estrutura rural anterior, juntamente com o desenvolvimento da divisão social da produção, estabelecem as condições sociais necessárias para a *formação do mercado de trabalho urbano*.

### Mercado de trabalho

O trabalho na abordagem marxista é tido como uma mercadoria especial, como veremos mais à frente, portanto segue o mesmo movimento das mercadorias comuns. No capitalismo, estrutura-se uma nova maneira de produzir, que vale para todas as mercadorias. O desenvolvimento das forças de trabalho pode ser visto a partir do circuito produtivo, enquanto produção, reprodução e circulação. A produção das forças de trabalho é o momento de aquisição da mobilidade do trabalhador,<sup>9</sup> submetido a outro modo de produção, por exemplo: o momento de emancipação do servo. De um ponto de vista geral, é o que Marx chama de acumulação primitiva, o momento da transformação de dinheiro em capital. Doravante, a “força de trabalho” alimenta um ramo particular do mercado das mercadorias, a mercadoria força de trabalho que se reproduzirá no mercado. O capitalista comporta-se-á no mercado da mesma forma como em relação a uma outra mercadoria. Esse momento não é nem sinal de uma

lei natural nem fruto de uma coincidência da história, a natureza não produz de um lado os possuidores de dinheiro ou de mercadorias e do outro os possuidores de suas próprias forças de trabalho pura e simplesmente. Uma tal relação não tem nenhum fundamento natural, mas é sim fruto de relações sociais comuns a todos os períodos da história. A reprodução da força de trabalho é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do capital. Ela deve-se prestar às formas e às transformações da organização do processo de trabalho.

Nesse sentido, Gaudemar (1976) argumenta que a mobilidade é a capacidade que permite à força de trabalho se adaptar às variações da jornada de trabalho, à permuta dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez mais intensa. A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão da mobilidade do trabalhador às exigências do mercado, quando, pelo grau de capital e de suas crises periódicas, o trabalhador se desloca geograficamente e funcionalmente. Ou seja, constitui respectivamente, um deslocamento físico, em diversas escalas, e um deslocamento funcional de uma atividade profissional a outra ou mesmo dentro de uma mesma atividade, da incorporação de tarefas (polivalência).

Portanto, o que pretendem demonstrar as idéias precedentes é como a mobilidade da força de trabalho é vista, sendo expressão de um processo de mercantilização da força de trabalho e de seu uso produtivo pelo capital.

Aqui, cabe uma visita ao conceito de mercadoria em Marx. No capítulo I de “O Capital”, Marx define as três características da mercadoria: valor de uso, valor de troca e presença no mercado.

Marx mede o valor de troca pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria considerada.

O trabalho socialmente necessário é acompanhado de uma despesa de força humana, considerada em condições normais, de um meio social dado, e com um grau médio de habilidade e de intensidade<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Essas idéias são tratadas por Gaudemar (1976), na segunda parte do livro, no sub-item II, “A análise da mobilidade do trabalho no processo de acumulação capitalista”.

<sup>10</sup> Toda a atividade produtiva, abstração feita de seu caráter útil, é um dispêndio de força humana. A força humana de trabalho, cujo movimento muda as formas das diversas atividades produtivas, deve ser mais ou menos desenvolvida, para ser despendida sobre esta ou aquela forma. Mas, o valor das mercadorias representa pura e simplesmente o trabalho do homem, um dispêndio da força humana em geral. O trabalho, como simples meio, muda de caráter nos diferentes países e conforme a época, mas é sempre determinado numa sociedade determinada.

O trabalho, na complexidade de sua estrutura qualificativa, é assim reconduzido a uma potência multiplicativa correspondente à qualificação mínima, o trabalho simples.

Face à mercadoria, pode-se estabelecer a medida possível de seu valor, o *quantum* de trabalho necessário para produzi-la.

A força de trabalho é, então, definida como a mercadoria que possui um homem, ou ainda o conjunto das faculdades psíquicas e intelectuais que existe no corpo humano, na sua personalidade viva e que se movimenta para produzir coisas úteis. Mercadoria que tem a virtude específica de transformar dinheiro em capital. Essa mercadoria, da mesma forma que todas as outras, possui um valor. Como nós o determinamos? Pelo tempo de trabalho necessário a sua produção.

Para poder deduzir um valor de troca do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário o homem ter a sorte de descobrir, no contexto da circulação do mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude de ser fonte de valor de troca, de sorte que o consumo seria realizado do trabalho e, por conseqüência, criaria o valor. E nosso homem escolhe no mercado uma mercadoria dotada dessa virtude específica; ela se chama potência de trabalho ou força de trabalho. A força de trabalho é a única mercadoria que é *força em ação*, cuja atividade é a transformação de energia, em contraste com as demais que são *forças materializadas em produtos*, energias transformadas; em outros termos, consumida a força de trabalho de forma produtiva no processo de trabalho, o trabalho está incorporado ao objeto sobre o qual atuou. O que se manifestou em movimento, do lado do trabalhador, revela-se agora qualidade fixa, na forma de ser, ao lado do produto.

O valor da força de trabalho explode, assim, revelando a possibilidade de um valor de uso bem superior ao valor de troca redutível ao custo de produção da força de trabalho<sup>11</sup>.

No mercado de trabalho, portanto, apresentam-se, de um lado, o capitalista (representante dos meios de produção) e, de outro, o trabalhador

(representante do trabalho assalariado). Essas representações, por seu turno, fundam-se nas propriedades de cada um: o capitalista, proprietário das condições objetivas de trabalho; o operário, proprietário da capacidade de mobilização produtiva dessas condições. Nesses termos, efetivam um contrato social de trabalho pelo qual formalizam os pressupostos da troca de suas mercadorias respectivas. E quais são as mercadorias que capitalistas e operários trocam entre si? Os capitalistas vendem os meios de subsistência para a obtenção da atividade de trabalho; os operários vendem suas forças de trabalho para a aquisição dos meios de subsistência.

Sendo assim, os capitalistas consomem de forma produtiva, em escala social, os valores de uso das mercadorias vendidas pelos operários (forças de trabalho), ao passo que estes consomem improdutivamente, em escala individual, os valores de uso das mercadorias vendidas pelos capitalistas (meios de subsistência). Os primeiros realizam seu consumo dentro do processo imediato de produção e os últimos, fora desse processo. Parte-se, portanto, da produção individual de valores de uso à produção social de valores de troca dos produtos. Essa transformação na forma de produção, através de processo histórico amplo, desde as formações econômicas primitivas à formação econômica capitalista, revela, também, e principalmente, a passagem da força de trabalho imanente, enquanto produto do trabalhador, para a força de trabalho alienável, enquanto mercadoria do trabalhador assalariado. A gênese da força de trabalho como mercadoria, portanto, processa-se ao longo das transformações históricas pelas quais passou o trabalho: de atividade de produção e reprodução dos homens à atividade de produção e reprodução de mercadorias. Nesse contexto, as condições que historicamente são exigidas para a comercialização da força de trabalho no mercado passam, então, a ser as seguintes: primeira, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado enquanto for e, por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo próprio possuidor, é mister que ele possa dispor dela, que seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa; segunda, o dono dessa força não pode vender mercadorias em que encarne trabalho, e é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo.

A renovação continuada e ampliada dessas condições não só garante os pressupostos do contrato social de trabalho, a possibilidade de compra e de venda da força de trabalho, como também, e fundamentalmente, assegura a

<sup>11</sup> Marx reconheceu que o conjunto dos valores de uso necessários a um trabalhador para que sua força de trabalho seja reproduzida não é apenas uma subsistência física mínima. Embora as necessidades físicas possam variar segundo o tipo de trabalho realizado e possam ser afetadas por fatores climáticos ou por outros fatores geográficos, tais variações são minimizadas pelas que resultam das diferenças sociais. As necessidades da classe operária dependem, portanto, do nível de civilização alcançado pelo país; em particular, dependem das condições nas quais a classe de trabalhadores livres se formou ("O Capital", I cap. VI). Marx via a participação de um elemento histórico e moral na determinação do próprio valor da força de trabalho, em torno do qual o salário deveria flutuar, segundo a demanda e a oferta da força de trabalho

reprodução das relações sociais de produção: capitalistas e operários, capital e trabalho, sendo estes:

*... pólos de uma dissociação histórica que só se integram, efêmera e simbolicamente, dentro do processo imediato de produção, enquanto elementos constitutivos do processo de trabalho: meios de produção (objeto e instrumentos de trabalho) e força de trabalho em ação (trabalho, atividade adequada a um fim) (Peliano, 1990:46).*

Separa-se, então, a produção e a comercialização da força de trabalho. O trabalhador livre vende sua força de trabalho em troca de dinheiro, e o capitalista compra a utilização dessa força de trabalho e, em consequência, como proprietário dos meios de produção, apropria-se dos produtos do trabalho.

Em resumo, da produção à comercialização da força de trabalho ou da separação do trabalho de suas condições objetivas de realização, desenvolve-se historicamente o trabalho assalariado, 'livre', e alienado porque:

*(...) Em primeiro lugar, o operário relaciona-se com o produto de seu trabalho como se fosse um ente estranho, que surge diante dele e se contrapõe a ele como uma potência independente. Em segundo, o operário aliena-se de si mesmo no ato da própria produção: não considera o trabalho como parte de sua vida real e não se afirma no seu trabalho... Em terceiro, a vida genérica do homem, sua essência social, lhe é subtraída em seu trabalho, que não representa a obra harmônica do homem enquanto 'ente genérico'. Em quarto, o homem se aliena do outro homem (McLellan David, 1980:79).*

Até aqui, a teoria marxista explica uma dimensão da mobilidade, a partir da mercantilização do homem à sua submissão aos ditames do modo de produção capitalista, o conceito de força de trabalho enquanto mercadoria, o processo de alienação e a dimensão de luta de classe estabelecem um processo de *mobilidade forçada*, uma mobilidade que apresenta uma escala de espacialização.

Podemos ver em Gaudemar uma outra dimensão de mobilidade, a partir do conceito de mais-valia. É uma mobilidade no tempo (mais-valia absoluta) e no espaço (mais-valia relativa). Esta é uma espacialização de escala mais reduzida, no âmbito da firma, na organização do processo produtivo.

Partimos, então, para a significação do conceito de mais-valia.

A partir do uso que o capitalista faz da força de trabalho, a mais-valia pode ser de duas ordens: a relativa e a absoluta. A relação entre os dois modos permite definir a grandeza entre a mais-valia e o preço da força de trabalho, ou ainda, a taxa de mais-

valia como índice do grau de exploração. Essa relação é determinada por três fatores:

1. a *duração* do trabalho ou sua grandeza extensiva;
2. seu grau de *intensidade*, onde diferentes quantidades de trabalho são despendidas ao mesmo tempo;
3. seu grau de *produtividade*, onde a mesma quantidade de trabalho rende, no mesmo tempo, diferentes quantidades de produtos.

Ao primeiro fator corresponde a mais-valia absoluta; aos outros dois, a mais-valia relativa<sup>12</sup>.

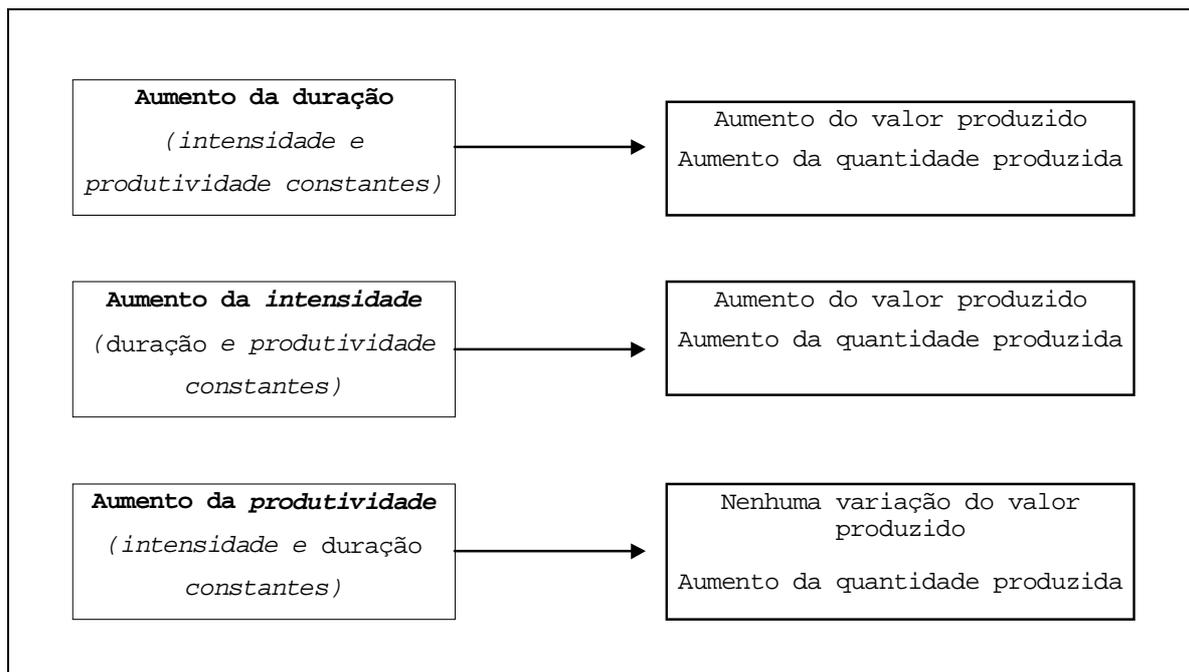
Gaudemar apresenta um esquema das três variáveis acima relacionadas.

A produção de mais valia absoluta é vista sob a ótica de uma mobilidade no tempo da força de trabalho. E essa mobilidade se manifesta a partir de uma situação antagônica, onde o operário busca a redução de seu tempo e o patrão a ampliação. No sistema capitalista, essa contradição apresenta uma dimensão política, onde o nível de organização da classe trabalhadora e também o grau de influência dos proprietários dos meios de produção, na gestão política do Estado, por exemplo, é que estabelecerão a qualidade de tal embate. Cabe ressaltar o papel da justiça como mediadora, a partir de legislação do assunto.

A primeira forma de manifestação no tempo da mobilidade da F.T. é a extensão máxima da jornada de trabalho.

A partir da necessidade de otimizar os meios de produção e, impossibilitado de usufruir do trabalhador por 24 horas, surge uma estruturação do processo produtivo que é o trabalho em equipe, ou seja, as máquinas não param e várias equipes as tocam. Surge, assim, uma nova forma de mobilidade. O operário deve adaptar-se a uma modificação periódica do lugar do seu tempo de trabalho no decorrer do dia, uma semana pela manhã, outra à tarde ou à noite. Esta forma de mobilidade amplia a sujeição do trabalhador ao capital. Mas pela dimensão antagônica do processo social no sistema capitalista, estabelece-se, como fruto das conquistas dos trabalhadores; em suas lutas políticas, a jornada de trabalho, porém, tendo o controle da mais-valia absoluta, o capitalista intensifica o trabalho no tempo dado, aumentando sua densidade e sua produtividade. O homem trabalha por menos tempo, mas mais rápido e com instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados.

<sup>12</sup> Chamo de mais-valia-absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. (Marx, 1989: 363)



**Figura 1.** Fatores determinantes da mais-valia

Essa forma de mobilidade, vista a partir do sistema de produção capitalista, é regida por uma lógica própria, onde capital e trabalho se articulam, dando a forma de uma mobilidade da força de trabalho, determinada pela luta de classe e pela exploração capitalista do trabalho; portanto, é uma mobilidade forçada. O indivíduo, nessa análise, é visto como uma mercadoria a serviço do capital. O seu deslocamento, tanto espacial como funcional, é determinado pelas leis gerais de acumulação capitalista.

### Referências bibliográficas

- Brygoo, A.; Destefanis, M. Mobilité d'emploi et structuration du marché du travail In: *La mobilité et le fonctionnement d'un marché du travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981 p. 89-118.
- Gaudemar, J.P. de. *Mobilité du travail et accumulation du capital*. Paris: François Maspero, 1976. 272 p.
- Gaudemar, J.P. de. *La mobilization générale*. Paris: Éd. du Champ Urbain, 1979. 286 p.
- Lojkine, J. *Le marxisme d'État et la question urbaine*. Paris: Presses Universitaire de France, 1977. 362.

McLellan D. *A concepção materialista da história*. In: Hobshawn, E. (Ed.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.79. v.1.

Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. 270 p.

Marx, K. *Sociologia*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais, 10.)

Marx, K. *O capital: crítica da economia política*, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v.1.

Marx, K.; Friedrich, E. *A Ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1996, 138p.

Marx, K.; Friedrich, E. *Crítica ao programa de Gotha*. Porto: Portucalense, 1971. 125p.

Oliveira, A.U. de. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen*. São Paulo, 1978. (Doctoral Thesis in Human Geography) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Peliano, J.C. *Acumulação de Trabalho e Mobilidade do Capital*. Brasília, UnB. 1990. 150 p.

Ponsard, C. *Histoire des théories économiques spatiales*. Rennes, Armand Colin - CNRS, 1958. 202p.

Received on December 03, 1998.

Accepted on February 22, 1999.